

DIREITO DE RESPOSTA – MARCELO MACEDO GUIMARÃES

Em cumprimento à sentença proferida pelo 3º Juizado Especial Cível de Porto Velho/RO, mantida integralmente pela 2ª Turma Recursal do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, a CN Editora de Jornais e Revistas Ltda – ME publica o presente Direito de Resposta em favor de Marcelo Macedo Guimarães, conforme decisão judicial transitada em julgado.

ESCLARECIMENTO DOS FATOS

A matéria originalmente divulgada por este veículo de comunicação vinculou o nome de Marcelo Macedo Guimarães a uma denúncia de assédio sexual, apresentada por terceirizada da CPRM/Serviço Geológico do Brasil, mencionando sua condição de Analista em Geociências e chefe da Residência de Porto Velho, sem que houvesse, na ocasião da publicação:

- Apuração oficial concluída por qualquer órgão competente;**
- Procedimento administrativo sancionador com prova de materialidade,**
- Oitiva do denunciado,**
- Ou decisão definitiva que confirmasse as acusações.**

A Justiça reconheceu que a divulgação **ocorreu de forma precipitada**, sem observância do dever jornalístico de cautela, apuração isenta e contraditório mínimo, gerando prejuízos à honra e à imagem do interessado.

RESULTADOS DAS APURAÇÕES OFICIAIS.

Diversos documentos juntados aos autos demonstraram que:

- O Processo Administrativo Sancionador (PAS) instaurado pela CPRM concluiu pelo arquivamento da denúncia, por não haver comprovação inequívoca de materialidade e autoria;**
- Pareceres técnicos do órgão interno de correição reforçaram a inexistência de elementos suficientes para responsabilizar Marcelo Macedo Guimarães;**
- A Diretoria Executiva da CPRM acompanhou, por unanimidade, o relatório final e determinou o arquivamento integral da acusação;**
- Não houve instauração de processo disciplinar punitivo nem aplicação de qualquer penalidade.**

Essas informações **não haviam sido apuradas ou consideradas** na matéria inicialmente divulgada.

POSICIONAMENTO DO BENEFICIÁRIO DO DIREITO DE RESPOSTA.

Marcelo Macedo Guimarães afirma que:

- Repudia integralmente as acusações divulgadas,**
- Nunca praticou qualquer ato de importunação sexual,**
- Sempre colaborou com todas as investigações,**
- Sofreu abalo moral, profissional e familiar em decorrência da matéria publicada,**



-E que a Justiça reconheceu a violação à sua imagem e honra.

DETERMINAÇÃO JUDICIAL

A sentença concluiu que houve abuso no exercício da liberdade de imprensa, motivo pelo qual determinou:

- 1-Publicação do presente direito de resposta,**
- 2-Indenização por danos morais ao beneficiário,**
- 3-Aplicação de custas e honorários aos responsáveis pela veiculação.**

A decisão transitou em julgado em 25/11/2025, tornando-se definitiva.

